



BOLETIM INFORMATIVO Nº 06/2025

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Tema Principal:

- ◆ Participação de Empresas em Consórcio nas Licitações Públicas.

Base Legal:

 Art. 15 da Lei nº 14.133/2021

O que diz a Lei?

Salvo vedação devidamente justificada, pessoa jurídica **pode** participar de licitação **em consórcio**, observadas exigências como:

- ✓ compromisso formal entre consorciados;
- ✓ indicação da empresa líder;
- ✓ somatório dos quantitativos e valores para fins de habilitação técnica e econômico-financeira;
- ✓ vedação à participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou isoladamente;
- ✓ responsabilidade solidária entre os consorciados.

Os parágrafos do art. 15 dispõem:

◆ acréscimo de 10% a 30% nas exigências de qualificação econômico-financeira (exceto se todos forem ME/EPP);

- ◆ constituição e registro do consórcio antes da contratação;
- ◆ possibilidade de limitar o número de consorciados, com justificativa;
- ◆ necessidade de autorização expressa para substituição de integrante.

Como agir corretamente?

- ✓ Avalie se o objeto comporta consórcios;
- ✓ Se for vedar ou limitar, fundamente tecnicamente;
- ✓ Indique no Termo de Referência as exigências formais de constituição e os percentuais de acréscimo na qualificação econômico-financeira;
- ✓ Observe as exceções legais para ME/EPPs.

Quais os riscos de ignorar as regras sobre consórcios?

- ✗ Pode haver restrição indevida à competitividade;
- ✗ O certame pode ser impugnado ou anulado;
- ✗ A execução contratual pode ser prejudicada por falhas na responsabilização dos consorciados.
- ◆ **Importante lembrar: Vedação à participação em consórcio, limitação de integrantes ou exigência de acréscimos financeiros devem ser sempre justificadas tecnicamente nos autos.**

 "A boa gestão das contratações públicas depende da atualização contínua sobre jurisprudência e boas práticas."